

O “Tarifaço” na crise da hegemonia estadunidense: BRICS, Brasil e a Reconfiguração do Equilíbrio de poder

The “Tariff Hike” Amidst the Crisis of US Hegemony: BRICS, Brazil, and the Reconfiguration of the Balance of Power

Fábio Pádua dos Santos | fpadua@gmail.com | Professor Adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (DERI-UFSC).

Recebimento do Artigo: dezembro de 2025 | **Aceite:** maio de 2026.

Resumo: O artigo vê o “tarifaço” do governo Trump como expressão geoeconômica da crise da hegemonia estadunidense. A partir da perspectiva dos sistemas-mundo, argumenta-se que a ofensiva tarifária revela os limites da capacidade dos Estados Unidos de sustentar sua centralidade diante da recomposição da hierarquia mundial da riqueza em função da ascensão chinesa e da consequente expansão da semiperiferia. Com base em dados do DATA-MUNDO, Banco Mundial, FMI e Comtrade, o texto examina a erosão da apropriação estadunidense da renda mundial, o papel dos BRICS como mecanismo parcial de reequilíbrio de poder e os efeitos ambivalentes do “tarifaço” para o Brasil. Conclui-se que a conjuntura atual não indica que está em curso uma sucessão hegemônica, e sim uma disputa aberta em torno da reorganização da economia-mundo capitalista.

Palavras-chave: tarifaço; BRICS; Brasil; hegemonia; economia-mundo.

Abstract: This article examines the Trump administration’s “tariff offensive” as a geoeconomic expression of the crisis of U.S. hegemony. From a world-systems perspective, it argues that the “tariff offensive” reveals the limits of the United States’ capacity to sustain its centrality in the face of the recomposition of the global hierarchy of wealth, driven by China’s rise and the consequent expansion of the semiperiphery. Drawing on data from DATA-MUNDO, the World Bank, the IMF, and Comtrade, the article examines the erosion of U.S. appropriation of world income, the role of the BRICS as a partial mechanism for the rebalancing of power, and the ambivalent effects of the tariff offensive for Brazil. It concludes that the current conjuncture does not indicate an ongoing hegemonic succession, but rather an open dispute over the reorganization of the capitalist world-economy.

Keywords: tariff offensive; BRICS; Brazil; hegemony; world-economy.

1. Introdução

A economiamundo capitalista atravessa uma crise estrutural marcada pela reconfiguração da hierarquia mundial da riqueza e do poder. Nas últimas décadas, o dinamismo da acumulação deslocou-se parcialmente do Atlântico Norte para o Leste Asiático, impulsionado sobretudo pela ascensão chinesa e pela ampliação do peso econômico, demográfico e político da semiperiferia. Esse processo não eliminou a estrutura centro-semiperiferia-periferia, mas alterou sua composição interna, reduziu o peso relativo das potências ocidentais e impôs novos limites à capacidade dos Estados Unidos de organizar o moderno sistema interestatal em torno de sua liderança.

É nesse contexto que deve ser compreendido o chamado “tarifaço”, anunciado pelo governo Donald Trump em abril de 2025. A ofensiva tarifária suscita a questão de em que medida essa política expressa os limites da hegemonia dos Estados Unidos e quais são suas implicações para a reconfiguração do equilíbrio de poder, sobretudo diante da ascensão chinesa e do fortalecimento dos BRICS. Argumenta-se, em primeiro lugar, que o “tarifaço” não constitui mera reciprocidade comercial nem simples protecionismo tarifário, mas uma resposta geoeconômica à perda relativa de centralidade produtiva dos Estados Unidos, orientada à recomposição de sua base industrial, à regionalização das cadeias globais de valor e à contenção da drenagem de rendas associada ao déficit comercial com o Leste Asiático. Em segundo lugar, embora os BRICS expressem a maior densidade política e econômica da semiperiferia, o bloco não rompe com a ordem vigente nem substitui o regime monetário-financeiro centrado no dólar; antes, introduz contrapesos parciais à dominação financeira estadunidense, ainda que limitados por assimetrias internas, divergências estratégicas e baixa institucionalização. Por fim, para o Brasil, o “tarifaço” revela os limites de sua inserção semiperiférica. Mesmo com impacto direto reduzido, a especialização em commodities, a desindustrialização e a baixa capacidade de coordenação sobre cadeias globais de valor ampliam sua vulnerabilidade externa aos efeitos indiretos da rivalidade sino-estadunidense.

Metodologicamente, o artigo combina a Análise dos Sistemas-Mundo com dados quantitativos e exame documental. A Economia Política dos Sistemas-Mundo não é utilizada apenas como enquadramento geral da crise estadunidense, mas como perspectiva de análise para examinar a posição relativa dos Estados na economia-mundo capitalista. Para isso, mobilizam-se quatro conceitos centrais: a hierarquia centro-semiperiferia-periferia, empregada para interpretar a redistribuição da renda mundial; o ciclo sistêmico de acumulação, utilizado para compreender a passagem da expansão material à expansão financeira da hegemonia estadunidense; a distinção entre hegemonia e dominação, mobilizada para interpretar o enfraquecimento da liderança legítima dos Estados Unidos; e o mecanismo de equilíbrio de poder, usado para analisar os BRICS como expressão parcial da maior densidade política e econômica da semiperiferia. A operacionalização desses conceitos e categorias apoia-se em dados do projeto DATA-MUNDO, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da base Comtrade, mobilizados para examinar a recomposição da hierarquia mundial da riqueza, a trajetória da conta corrente dos Estados Unidos e a estrutura recente do comércio exterior brasileiro. Também são analisados documentos institucionais dos BRICS e estratégias oficiais dos Estados Unidos. Desse modo, tarifas, cadeias globais de valor, fluxos comerciais e financeiros e instituições multilaterais são examinados como dimensões concretas da disputa pela apropriação da renda mundial e pela reorganização das posições relativas dos Estados no sistema interestatal.

Para tanto, o artigo está dividido em cinco seções, além desta introdução e das considerações finais. A seção 2 analisa o “tarifaço” no contexto do MAGA (*Make America Great Again*) e da reorientação da estratégia estadunidense. A seção 3 examina a expansão da semiperiferia e o enfraquecimento relativo dos Estados Unidos na economia-mundo capitalista. A seção 4 discute os limites da expansão financeira estadunidense como mecanismo de apropriação da renda mundial. A seção 5 avalia o papel dos BRICS na reconfiguração parcial do equilíbrio de poder. E a seção 6 analisa as consequências econômicas do “tarifaço” para o Brasil.

2. O “tarifaço”, o MAGA e a reorientação da estratégia estadunidense na crise da hegemonia

Em 2 de abril de 2025, o presidente Donald Trump anunciou a Ordem Executiva instituindo tarifas recíprocas para países ao redor do mundo. No momento do anúncio da medida, Trump a apresentou como um marco histórico, afirmando tratar-se de “*one of the most important days in American history*” e de uma “*declaration of economic independence*”. Ao caracterizar a política como baseada na reciprocidade, “*they do it to us and we do it to them*”, o presidente procurou enquadrar o “tarifaço” como uma resposta simples e legítima a práticas comerciais consideradas desvantajosas.¹

¹ Para ler o discurso na íntegra ver Donald J. Trump (2nd Term) (2025).

Embora tenha sido rapidamente enquadrado pela grande mídia como expressão de protecionismo tarifário, o “tarifaço” poder ser compreendido, à luz da perspectiva dos sistemas-mundo, não como política comercial isolada, tática de barganha ou retorno ao protecionismo hamiltoniano, mas como resposta geoeconômica à crise da hegemonia estadunidense.² Sob o lema MAGA, a medida integra uma estratégia de reação ao esgotamento do ciclo neoliberal de globalização e à crescente centralidade produtiva da Ásia.

Historicamente, o protecionismo norte-americano não produziu efeitos unívocos. Seu significado variou conforme a conjuntura sistêmica em que foi mobilizado. A tarifa Smoot-Hawley de 1930, por exemplo, adotada em meio à crise da economia mundial, contribuiu para acentuar retaliações comerciais e aprofundar a fragmentação da ordem liberal em colapso, ainda que não possa ser tomada isoladamente como causa da Grande Depressão (Irwin, 2011, 1998). As medidas seletivas do governo Reagan contra o Japão, especialmente no segmento de semicondutores, tiveram caráter mais focalizado e se articularam à tentativa de recompor a competitividade norte-americana em áreas tecnológicas estratégicas, culminando no acordo bilateral de 1986 e nas tarifas retaliatórias de 1987 (Bown, 2020; Irwin, 1996; Meinderts, 2020). O “tarifaço” de 2025 difere de ambos, pois é mais amplo do que as tarifas setoriais dos anos 1980, mas opera em uma economia-mundo muito mais integrada produtiva, financeira e logisticamente do que aquela dos anos 1930.

Nesse sentido, compreender o significado político das medidas tarifárias associadas ao trumpismo exige situar o MAGA não como simples *slogan* eleitoral, mas como emblema de uma ideologia de crítica à globalização. Segundo Glassmann (2025), essa ideologia rejeita os pressupostos clássicos do livre comércio, sobretudo a ideia de que a especialização internacional fundada em vantagens comparativas produza ganhos estáveis e mutuamente vantajosos. Ao contrário, interpreta a integração econômica mundial como fonte de desindustrialização, perdas sociais concentradas, vulnerabilidade geoestratégica e ascensão de competidores como a China a posições superiores nas cadeias produtivas. Daí decorre uma agenda de reindustrialização orientada à autonomia geoestratégica, que substitui a ênfase na cooperação multilateral por uma lógica de competição econômica, tecnológica e política entre Estados. Ao incorporar uma dimensão existencial à crítica econômica, o MAGA converte a perda de empregos industriais em crise de propósito social e de coesão nacional, articulando trabalhadores marginalizados e elites tecnológicas em uma narrativa nacionalista de renovação. Dessa base emerge uma ideologia tecno-nacionalista, que relativiza princípios da democracia liberal e justifica a erosão de mecanismos de freios e contrapesos em nome da inovação, da reindustrialização e da afirmação unilateral dos Estados Unidos no plano internacional.³

Isso não significa, contudo, que o trumpismo abandone inteiramente a democracia ou o excepcionalismo americano como formas de legitimação. Ele os reapropria em chave nacionalista e iliberal. Por exemplo, frente à Europa, denuncia uma suposta censura liberal contra forças conservadoras; frente à China, associa a ascensão econômica chinesa ao autoritarismo político e à violação das regras comerciais; e, frente a países como Venezuela, Cuba e Irã, reinscreve a oposição entre liberdade e autoritarismo em registro seletivo, reservando aos Estados Unidos a posição de árbitro da legitimidade política internacional. Assim, o MAGA não rompe com o excepcionalismo americano, mas disputa seu conteúdo, deslocando-o de uma lógica liberal-universalista para outra, nacionalista e centrada na competição entre civilizações.

A ideologia MAGA permite, portanto, interpretar a inflexão recente da política externa norte-americana não como simples mudança conjuntural, mas como reinterpretação do lugar dos Estados Unidos no moderno sistema interestatal. Ao apresentar a globalização como fonte de desindustrialização, perda de propósito social e vulnerabilidade geoestratégica, o trumpismo desloca-se, no plano estratégico, para

² Emprega-se o conceito de geoeconomia em seu sentido *latu*, qual seja, o do uso de instrumentos econômicos para promover resultados geopolíticos favoráveis à promoção e defesa do interesse nacional. Para uma discussão da geoeconomia como uma agenda de pesquisa em construção ver, por exemplo, Jaeger e Brites (2020).

³ Há outras interpretações sobre o MAGA. Para uma identificação com a ideologia neofascista funcional ao capitalismo monopolista em crise ver Foster (2025). Para uma caracterização como movimento populista de direita centrado na recuperação do status social e reconhecimento simbólico ver Koenig & Mendelberg (2026).

a rejeição do universalismo liberal, da cooperação multilateral e dos custos da liderança mundial. Essa crítica fornece o fundamento ideológico de uma política externa expressa nas formulações da Estratégia de Segurança Nacional (2025) e da Estratégia de Defesa Nacional (2026), que institucionalizam a passagem de uma hegemonia universalista para uma postura de defesa direta dos interesses nacionais, autonomia geoestratégica e redistribuição de encargos entre aliados.

Enquanto a Estratégia de Segurança Nacional (2025, p. 1) afirma que “*The purpose of foreign policy is the protection of core national interests; that is the sole focus of this strategy*”, rejeitando a lógica pós-Guerra Fria de envolvimento mundial amplo, a Estratégia de Defesa Nacional (2026, p. 5–6), por sua vez, reforça essa inflexão ao declarar que “*we recognize that it is neither America’s duty nor in our nation’s interest to act everywhere on our own, nor will we make up for allied security shortfalls from their leaders’ own irresponsible choices.*” Para tanto, os esforços se concentram em defender o território, dissuadir a China no Indo-Pacífico por coerção latente sem escala ativa, aumentar o compartilhamento de encargos com aliados e parceiros e impulsionar a base industrial de defesa dos EUA. Portanto, ambas as estratégias reduzem o papel universalista dos EUA, substituindo a ideia de liderança global por uma postura seletiva, territorialmente ancorada e orientada à segurança interna e ao equilíbrio regional de poder.

Essa inflexão estratégica só pode ser plenamente compreendida quando situada no arco histórico da ascensão e crise da hegemonia norte-americana no capitalismo histórico. Conforme Arrighi (1996), a hegemonia dos Estados Unidos constituiu-se, no pós-guerra, como resposta à crise terminal da ordem britânica e ao caos sistêmico da primeira metade do século XX. Sua força não residiu apenas na superioridade econômica, militar e financeira, mas na capacidade de reconstruir o sistema interestatal em bases mais amplas e apresentar essa reconstrução como expressão de um interesse geral. Ao institucionalizar uma ordem internacional apoiada na liderança político-institucional, na expansão das corporações transnacionais, na promessa de desenvolvimento e na incorporação seletiva de demandas nacionais, sociais e anticoloniais, os Estados Unidos produziram uma hegemonia capaz de combinar coerção, consentimento e direção moral, ainda que sob os limites da Guerra Fria. Essa capacidade, contudo, nunca significou benevolência. O universalismo liberal norte-americano conviveu com intervenções militares, apoio a ditaduras e uso seletivo do discurso democrático. O que se altera, na passagem para a dominação sem hegemonia, não é a presença da coerção, mas a dificuldade crescente de convertê-la em liderança legítima. Em Arrighi (2008), essa inflexão torna-se visível no fracasso do projeto imperial neoconservador no Iraque, que expôs a distância entre supremacia coercitiva e liderança efetiva. Os Estados Unidos permaneceram como a principal potência militar, mas já não conseguiam apresentar seu poder como portador de uma ordem universalmente desejável.

Colocado em perspectiva, o MAGA não supera a condição de dominação sem hegemonia. Antes, aprofunda-a ao abandonar a pretensão de restaurar a centralidade norte-americana pela oferta de uma ordem universal e ao assumir sua recomposição pela defesa seletiva e unilateral dos interesses nacionais. Diferentemente do neoconservadorismo de Bush, ainda apoiado em uma linguagem universalista de democratização, o trumpismo converte a crítica à globalização, ao multilateralismo e aos custos da liderança mundial em uma estratégia de reindustrialização, autonomia geoestratégica e competição com a China.⁴ Sob a perspectiva dos sistemas-mundo, o “tarifaço” constitui a expressão comercial dessa inflexão. Expressa, portanto, uma resposta geoconômica à crise da hegemonia estadunidense, voltada à redução das vulnerabilidades associadas à inserção dos Estados Unidos em relações de interdependência assimétrica, particularmente no que diz respeito à perda de capacidades industriais face à intensificação das pressões competitivas.

Para compreender essa reação do Estado norte-americano, a próxima seção explora o enfraquecimento relativo dos EUA na economia-mundo capitalista com base em duas evidências: (i) a ascensão da China à semiperiferia e (ii) suas implicações do ponto de vista da redistribuição da renda mundial em favor do Leste Asiático.

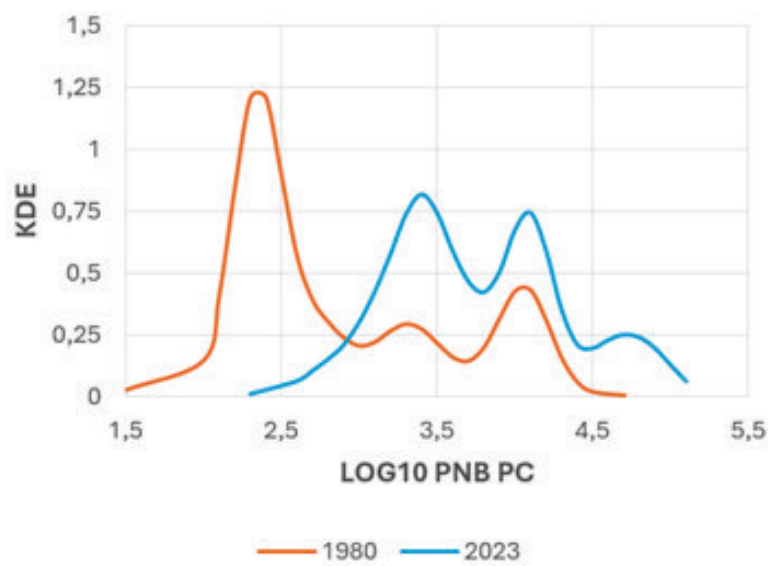
⁴ Para uma reflexão sobre o estado atual da crise de hegemonia dos EUA ver, por exemplo, Silver e Payne (2021) e Vieira (2022).

3. A expansão da semiperiferia e o enfraquecimento relativo dos Estados Unidos na economia-mundo capitalista

A presente seção examina o enfraquecimento relativo da posição dos Estados Unidos na economia-mundo capitalista a partir da sua posição na hierarquia mundial da riqueza. Argumenta-se que tal enfraquecimento expressa menos uma perda absoluta de poder e mais uma transformação qualitativa no padrão de apropriação mundial da renda decorrente da ascensão da China à semiperiferia da economia-mundo capitalista. Para demonstrar essa mudança da posição dos Estados na estratificação mundial da renda, mobiliza-se a metodologia de Arrighi e Drangel (1986), posteriormente aperfeiçoada por Babones (2005) e Karataşlı (2017), a fim de identificar a atual configuração centro-semiperiferia-periferia e verificar em que medida a economia-mundo capitalista contemporânea ainda corresponde à distribuição tripartite proposta por Wallerstein (1974). Para uma descrição da metodologia utilizada no cálculo e na classificação dos países, ver o Apêndice Estatístico.

A Figura 1 compara a distribuição da renda mundial nos anos de 1980 e 2023. O eixo horizontal apresenta o logaritmo (base 10) do Produto Nacional Bruto (PNB) per capita, enquanto o eixo vertical exibe uma Estimativa de Densidade de Kernel (KDE), ponderada pela população mundial. Dessa forma, as curvas *não* indicam quantos países possuem determinada renda, mas sim a proporção da população mundial vivendo em países com determinado nível de renda per capita em cada ano analisado. A comparação entre os dois períodos revela transformações qualitativas na estrutura tripartite da economia-mundo capitalista, destacando tendências que merecem atenção.

Figura 1 – Distribuição mundial da renda



Fonte: Banco Mundial. Elaborado por DATA-MUNDO.

A primeira tendência a ser destacada é a persistência da estrutura trimodal. Como se observa na Figura 1, tanto em 1980 quanto em 2023 a distribuição mundial da renda apresenta três zonas principais de concentração populacional, confirmando a permanência de uma diferenciação estrutural entre centro, semiperiferia e periferia.⁵ Ao mesmo tempo, o deslocamento da curva para a direita indica que parcelas

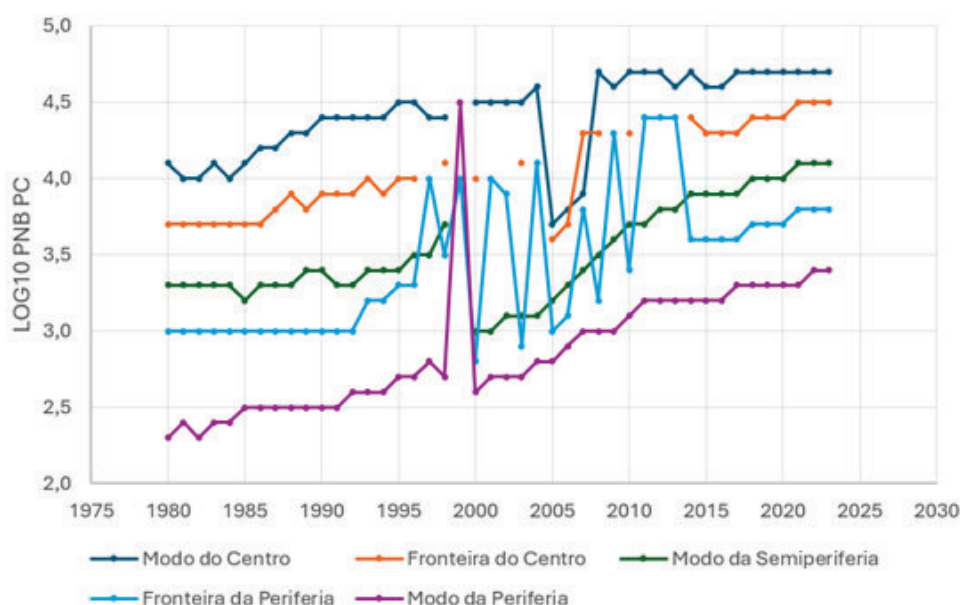
⁵ Há um amplo debate sobre a estabilidade histórica das zonas centrais, semiperiféricas e periféricas na economia-mundo capitalista. Ver, entre outros, Arrighi & Drangel (1986), Babones (2005) e Karatasli (2017). Sobre os efeitos da ascensão chinesa, ver também Li (2021). Esses trabalhos destacam que a distribuição tripartite proposta por Wallerstein pode apresentar fases de maior ou menor

mais amplas da população mundial passaram a viver em países com maior renda per capita, expressando o aumento geral da renda nominal média no período.

Essa elevação, contudo, não ocorreu de forma homogênea. Embora a estratificação entre centro, semiperiferia e periferia tenha persistido, as diferenças entre os picos e vales das curvas revelam uma redistribuição relativa da população mundial entre os estratos de renda. A curva de 2023 é mais achatada do que a de 1980, sugerindo maior dispersão populacional entre as faixas de renda e maior fluidez nas posições intermediárias da economia-mundo. Essa redistribuição demográfica revela o protagonismo da semiperiferia, impulsionado sobretudo pela mobilidade ascendente da China.

Essas mudanças qualitativas no padrão trimodal de distribuição mundial da renda não foram lineares. Como se observa na Figura 2, entre 1997 e 2014 houve uma fase de instabilidade estrutural na economia-mundo capitalista, marcada pela aceleração do crescimento asiático e pela maior fluidez das fronteiras entre centro, semiperiferia e periferia. Nesse período, a mobilidade relativa de Estados com grandes populações dificultou uma classificação precisa segundo os critérios de Babones (2005). A partir de meados da década de 2010, contudo, essa instabilidade tende a se dissipar, dando lugar a uma nova configuração estrutural onde o centro se contraiu, a semiperiferia se expandiu de forma expressiva e a periferia permaneceu majoritária, embora reconfigurada. É à luz dessa recomposição que se interpreta a posição dos EUA na atual estratificação mundial da renda.

Figura 2 – Fronteiras da economia-mundo capitalista, 1980-2023



Fonte: Banco Mundial. Elaboração: DATA-MUNDO.

Como se observa na Tabela 1, a composição populacional do centro caiu de 19,8% para 11,8%, refletindo o declínio relativo da Europa Ocidental, de 9,25% para 4,57%, e da América do Norte, de 6,51% para 4,76%. Em contrapartida, a semiperiferia cresceu de 16,2% para 34,6%, impulsionada sobretudo pelo Leste Asiático, que passou de 0,99% da população mundial em 1980 para 18,55% em 2023. Já a periferia permaneceu como a zona de maior concentração populacional, embora tenha recuado de 64% para 53,6%, com redução significativa no Leste Asiático, de 25,37% para 0,04%, e relativa estabilidade no Sudeste

estabilidade, especialmente em períodos de transição estrutural associados à mudança na posição relativa de grandes Estados ou regiões.

Asiático, de 23,32% para 25,89%. A África, por sua vez, aumentou sua participação na população mundial, de 9,9% para 18,6%, com destaque para sua população situada na periferia, que passou de 7,44% para 17,59%. Em síntese, os dados indicam o enfraquecimento relativo do Atlântico Norte, a ascensão da semiperiferia asiática e a persistência da periferização africana.

Tabela 1 - Distribuição da população por continente segundo as zonas econômicas

Região	Centro		Semiperiferia		Periferia		Total por Região	
	1980	2023	1980	2023	1980	2023	1980	2023
Américas	6,51	4,76	8,77	7,22	0,52	0,61	15,80	12,59
América Latina e Caribe	-	0,00	8,77	7,22	0,52	0,61	9,29	7,84
América do Norte	6,51	4,76	-	-	-	-	6,51	4,76
Ásia	3,52	2,10	4,25	22,09	55,95	34,71	63,71	58,89
Leste asiático	3,15	1,67	0,99	18,55	25,37	0,04	29,51	20,27
Sudeste asiático	-	-	1,03	0,01	23,32	25,89	24,35	25,89
África	0,09	-	2,36	0,97	7,44	17,59	9,88	18,57
Europa	9,25	4,57	0,77	4,32	-	0,48	10,02	9,37
Oceania	0,47	0,40	0,02	0,00	0,09	0,16	0,59	0,57
Total por zona econômica	19,83	11,84	16,16	34,61	64,00	53,55	100,00	100,00

Fonte: Banco Mundial. Elaboração: DATA-MUNDO.

Os dados sugerem, portanto, que a semiperiferia passou por um processo de expansão e fortalecimento relativo, elevando sua capacidade de apropriação da renda mundial. Esse movimento foi impulsionado principalmente pelo Leste Asiático e, em particular, pela China, cuja mobilidade ascendente alterou o peso demográfico, produtivo e tecnológico das posições intermediárias da economia-mundo. Com isso, a semiperiferia deixa de ser vista apenas como uma zona subordinada ao centro e passa a concentrar capacidades produtivas e tecnológicas crescentes, ampliando sua capacidade de competir com os países centrais.

A ascensão chinesa, embora não tenha rompido com a divisão tripartite da economia-mundo capitalista, alterou de modo significativo o peso relativo das zonas econômicas. O dinamismo da acumulação mundial deslocou-se progressivamente para o Leste Asiático, ampliando o protagonismo da semiperiferia e reduzindo a centralidade das potências ocidentais. Nesse processo, Estados Unidos e Brasil preservam, respectivamente, posições estáveis como país central e semiperiférico, mas já inseridas em uma configuração na qual o centro deixa de operar como foco único de comando sobre a dinâmica da acumulação mundial.

Nesse novo arranjo, o avanço chinês assume relevância estrutural e estruturante não apenas por superar economias semiperiféricas como a brasileira, mas sobretudo por reduzir de forma contínua a distância histórica que o separava do centro, impondo pressões diretas sobre os Estados Unidos. Essa convergência, apoiada na expansão produtiva, na inovação tecnológica e na integração comercial asiática, ilumina os limites crescentes da hegemonia estadunidense baseada na centralidade monetária e financeira. Como será examinado na próxima seção, a recomposição da estrutura trimodal da economia-mundo expôs de maneira cada vez mais nítida a insuficiência dos instrumentos monetários e financeiros empregados pelos EUA para sustentar sua capacidade relativa de apropriação mundial do excedente.

4. Os limites da expansão financeira estadunidense e a erosão da apropriação da renda mundial

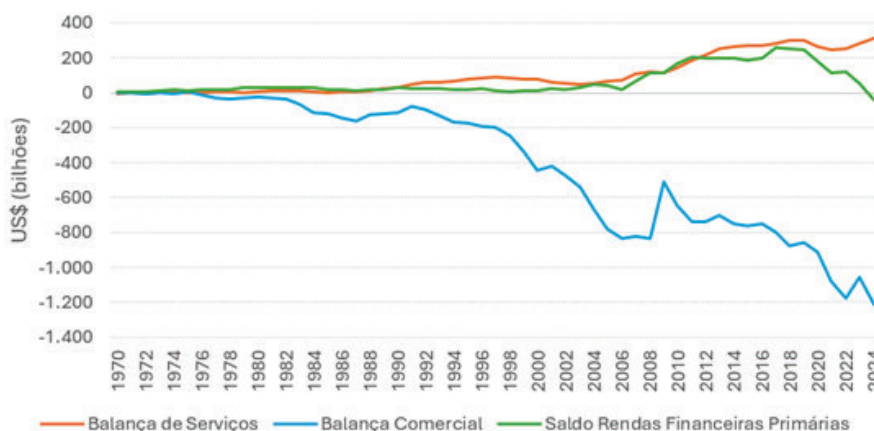
Essa recomposição da hierarquia mundial da riqueza, contudo, não explica sozinha a perda relativa da capacidade estadunidense de apropriação da renda mundial. Ela se combina aos limites estruturais da estratégia financeira consolidada pelos Estados Unidos desde os anos 1970, cuja eficácia diminuiu progressivamente no decorrer das últimas décadas. Desse modo, a crise da hegemonia estadunidense não decorre apenas da ascensão de novos pólos de acumulação, mas também da dificuldade crescente dos próprios EUA em converter centralidade monetária, financeira e institucional em liderança sistêmica e apropriação estável de excedentes.

Com base no conceito de ciclo sistêmico de acumulação proposto por Arrighi (1996), a ruptura do padrão dólar-ouro em 1971 pode ser interpretada como marco da passagem da expansão material para a expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense. Na fase de expansão material, a hegemonia se apoia na superioridade produtiva, na expansão do comércio, na reorganização institucional da economia-mundo e na capacidade de apresentar a liderança do Estado dominante como compatível com interesses mais amplos do sistema. Já na fase de expansão financeira, a acumulação desloca-se progressivamente da produção e do comércio para a valorização monetária, para a mobilidade dos capitais e para a apropriação de rendas financeiras. Esse deslocamento prolonga a centralidade da potência hegemônica, mas também revela sua perda relativa de dinamismo produtivo. Por isso, em termos arrighianos, o predomínio financeiro é simultaneamente sinal de maturidade e sintoma do declínio hegemônico.

No último quarto do século XX, a centralidade do dólar, a liberalização dos fluxos internacionais de capitais e a primazia tecnológica conferiram aos Estados Unidos a capacidade de extrair renda mundial por meio de três mecanismos principais: (i) déficits operados em moeda própria; (ii) exportação de capitais e apropriação de rendas financeiras, de serviços especializados e propriedade intelectual; e (iii) comando sobre as estruturas de governança das cadeias globais de valor, assegurando que etapas de maior valor agregado permanecessem sob controle de empresas sediadas no centro. Entretanto, no primeiro quarto do século XXI, a crescente dependência da economia estadunidense em relação à financeirização, expressa na hipertrofia do setor financeiro, no endividamento das famílias e na desindustrialização, tornou essa estratégia mais assimétrica e menos capaz de compensar o desequilíbrio estrutural da balança comercial por meio da apropriação de rendas externas.

A trajetória da conta corrente dos Estados Unidos ilustra esse processo (Figura 3). Ao longo de mais de quatro décadas, os déficits persistentes revelam que o ingresso de rendas externas, como lucros, juros, royalties e serviços especializados, tornou-se insuficiente para compensar o desequilíbrio estrutural da balança comercial. Desse modo, embora a capacidade dos EUA para transformar poder monetário e institucional em apropriação de renda mundial permaneça relevante, ela já não basta para ancorar sua posição relativa na economia-mundo capitalista. Em termos arrighianos, a expansão financeira perde eficiência, ou seja, preserva privilégios monetários e financeiros, mas não recompõe a base material da liderança hegemônica, convertendo-se crescentemente em instrumento de compensação de desequilíbrios estruturais.

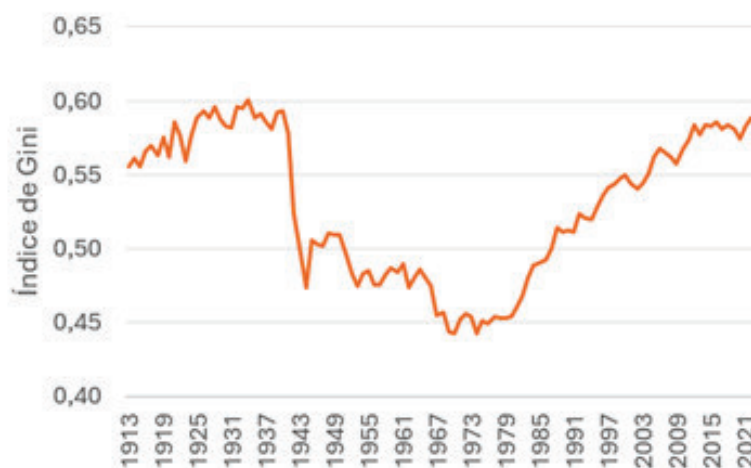
Figura 3 - Evolução da Conta Corrente dos Estados Unidos: 1970-2024.



Fonte: Fundo Monetário Internacional. Elaboração do autor.

O deslocamento de atividades industriais para a semiperiferia e a periferia, inicialmente liderado pelo próprio capital estadunidense, reforçou essa perda de eficácia.⁶ A busca por diferenciais salariais permitiu elevar as margens de lucro das empresas transnacionais, mas enfraqueceu a base econômica e social interna do poder hegemônico. Nos Estados Unidos, a estagnação salarial e o aumento da desigualdade de renda (ver Figura 4) evidenciam que a especialização em serviços de alto valor agregado, propriedade intelectual e atividades financeiras não foi suficiente para recompor internamente a taxa de apropriação da renda mundial. Em outras palavras, a estratégia financeira permitiu prolongar a centralidade estadunidense, mas não impediu a erosão da capacidade de transformar seu poder monetário e tecnológico em coesão social interna⁷ e, tampouco, em liderança sistêmica legítima.

Figura 4 – Evolução do Índice de Gini dos EUA: 1913-2023.



Fonte: Fundo Monetário Internacional. Elaboração do autor.

⁶ Na verdade, os diferenciais de salário explicam parte da relocação dos empregos industriais do centro para as periferias. No caso dos países centrais, o progresso tecnológico poupador de mão de obra não qualificada também teve papel crucial. Para compreender essa dinâmica, ver especialmente Rodrik (2016).

⁷ Sobre o papel do crédito e sua relação com os salários ver, por exemplo, Guttman e Pilhon (2010), Chesnais (2005), Foster e Magdoff (2009) e Harvey (2010).

Esse movimento não constitui uma anomalia, mas um padrão recorrente do capitalismo histórico. À medida que o centro hegemônico ingressa na fase de expansão financeira, atividades produtivas intensivas em trabalho e mesmo segmentos industriais estratégicos são progressivamente deslocados para a semiperiferia e a periferia, onde encontram condições mais favoráveis de valorização. Esse deslocamento, inicialmente funcional à acumulação do centro, tende, contudo, a alterar a própria estrutura hierárquica da economia-mundo, ao ampliar a capacidade produtiva, tecnológica e, progressivamente, financeira de Estados semiperiféricos.

Levando isso em consideração, a ofensiva tarifária de Trump pode ser interpretada como uma tentativa de reverter tendências típicas da fase financeira do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense. Ao aplicar tarifas de forma discricionária, os Estados Unidos procuram deslocar pressões competitivas da semiperiferia asiática, reforçar a regionalização das cadeias globais de valor e conter a drenagem de renda associada ao déficit comercial crônico. Trata-se, portanto, de um instrumento de perturbação da economia-mundo capitalista e, ao mesmo tempo, de uma aposta na reindustrialização seletiva e na recomposição da capacidade doméstica de absorção mundial de renda.

Entretanto, a eficácia dessa aposta permanece incerta. A reorganização produtiva associada à indústria 4.0 e à difusão acelerada da inteligência artificial tende a reduzir a elasticidade ocupacional dos setores industriais, diminuindo a capacidade de gerar coesão social interna por meio do emprego. A tentativa de reverter a perda relativa de apropriação mundial da renda enfrenta, assim, limites estruturais como a concorrência sistêmica da semiperiferia asiática, a mecanização avançada, a redução do peso demográfico do centro e o enfraquecimento da liderança legítima estadunidense.

Esses elementos reforçam, em chave histórico-mundial, o deslocamento dos Estados Unidos para aquilo que Arrighi (2008) denominou dominação sem hegemonia. Como discutido anteriormente, trata-se de uma situação em que a superioridade coercitiva, monetária e institucional persiste, mas já não se traduz na mesma capacidade de produzir consenso e direção moral em escala sistêmica. A ofensiva tarifária deve ser compreendida nesse quadro, não como retorno simples ao protecionismo clássico, mas como tentativa de compensar, por meios geoeconômicos, a erosão da capacidade estadunidense de organizar a economia-mundo sob sua liderança.

É em meio ao enfraquecimento relativo do poder estadunidense e ao aumento da capacidade da semiperiferia de apropriar parcelas crescentes da renda mundial que se devem interpretar as origens, o fortalecimento dos BRICS e o papel que esse grupo passou a desempenhar no mecanismo de equilíbrio de poder contemporâneo.

5. Os BRICS e o mecanismo de equilíbrio de poder

Formado inicialmente por Brasil, Rússia, Índia e China em 2006 e formalizado em 2009, com a incorporação da África do Sul em 2010 e a entrada de novos membros a partir de 2024, o grupo BRICS reúne predominantemente países situados na semiperiferia da economia-mundo capitalista, ainda que inclua Estados com elevada projeção militar e econômica, como Rússia e China. Em seu nascedouro, sua orientação foi marcadamente reformista, voltada à ampliação da representatividade nas instituições de Bretton Woods e à afirmação de um modelo de governança internacional multilateral. Mais recentemente, contudo, sua expansão não deve ser interpretada apenas como ampliação quantitativa, mas como indício de uma recomposição dessa zona semiperiférica, que passou a adquirir maior densidade demográfica, econômica e política com a mobilidade ascendente da China e o deslocamento relativo do poder mundial em direção à Ásia.

Se o sistema interestatal atravessa um período de dominação sem hegemonia, em que medida a expansão dos BRICS expressa uma reconfiguração contemporânea do mecanismo de equilíbrio de poder?

E como essa reconfiguração incide sobre a estrutura hierárquica entre centro, semiperiferia e periferia? Para responder a essas questões, é necessário deslocar a análise dos BRICS de sua dimensão estritamente institucional para o problema mais amplo do equilíbrio de poder no moderno sistema interestatal. O grupo não deve ser compreendido apenas como fórum diplomático ou coalizão de economias emergentes, mas como expressão parcial das tensões produzidas pela crise da hegemonia estadunidense e pela crescente contestação dos mecanismos que sustentaram a centralidade dos Estados Unidos na governança mundial.

Em Arrighi (1996), o equilíbrio de poder tem um papel constitutivo no moderno sistema interestatal. Ele não é apenas um mecanismo de contenção recíproca entre Estados, como nas leituras realistas convencionais, mas uma forma histórica de organizar a anarquia do sistema de Estados soberanos de modo compatível com a acumulação capitalista em escala mundial. Desde as cidades-Estados italianas, o equilíbrio de poder funcionou como mecanismo de preservação da pluralidade de jurisdições políticas, impedindo que a lógica territorialista de formação de impérios absorvesse completamente os centros capitalistas. Ao reduzir os custos de proteção dos Estados capitalistas e preservar a competição entre unidades políticas, o equilíbrio de poder tornou-se, para Arrighi, “parte integrante do desenvolvimento do capitalismo como modo de governo”.

Desta perspectiva, a relação entre equilíbrio de poder e hegemonia é dialética. A hegemonia não elimina o equilíbrio de poder, ela o reorganiza e o governa. Um Estado torna-se hegemônico quando deixa de ser apenas uma peça submetida ao equilíbrio entre potências e passa a administrá-lo em escala sistêmica, apresentando essa administração como expressão de um interesse geral. Por isso, Arrighi distingue hegemonia de mera dominação. Como discutido anteriormente, hegemonia é dominação acrescida de liderança, isto é, da capacidade de colocar os conflitos em um plano “universal” e de alegar, com alguma credibilidade, que a expansão do poder do Estado dominante também atende a interesses mais amplos. A hegemonia emerge especialmente em momentos de caos sistêmico, quando a competição interestatal ultrapassa os mecanismos normais de regulação e produz uma demanda generalizada por ordem. O Estado hegemônico é aquele capaz de atender a essa demanda, reconstituindo o sistema-mundo moderno em bases novas e mais amplas.

Historicamente, durante a fase de expansão material do ciclo sistêmico de acumulação dos Estados Unidos, o equilíbrio de poder assumiu a forma de uma bipolaridade administrada. No pós-guerra, os EUA não se limitaram a equilibrar outra potência. Eles reorganizaram o sistema interestatal em torno de instituições, alianças militares, regimes econômicos e uma linguagem universalista de segurança, desenvolvimento, descolonização e bem-estar. A União Soviética funcionou como polo rival, mas também como elemento que reforçava a capacidade norte-americana de disciplinar aliados, justificar compromissos militares e apresentar sua liderança como defesa de uma ordem geral. Assim, o equilíbrio de poder da Guerra Fria não foi um equilíbrio horizontal entre potências equivalentes. Foi um equilíbrio hierarquizado, no qual os EUA administravam a contenção soviética a partir de uma posição de centralidade produtiva, financeira, militar e institucional.

Com a passagem para a expansão financeira e a crise da hegemonia, esse mecanismo se transformou profundamente. A partir dos anos 1970, a superioridade produtiva norte-americana começou a ser corroída, a crise do dólar e a Guerra do Vietnã sinalizaram os limites da liderança dos EUA, e a centralidade norte-americana passou a depender cada vez mais da capacidade de atrair capitais, emitir a moeda mundial e mobilizar poder militar. Na fase final da Guerra Fria, os EUA ainda conseguiram usar sua vantagem financeira para pressionar a União Soviética por meio da corrida armamentista. Porém, após o colapso soviético, a ausência de um contrapeso político-militar não restaurou a hegemonia. Ao contrário, abriu espaço para uma dominação mais unilateral e menos consensual, cujo limite apareceu de forma clara no Iraque. Em termos arrighianos, o equilíbrio de poder deixou então de operar como instrumento de uma liderança hegemônica relativamente consensual e passou a reaparecer sob formas financeiras, geoeconômicas e político-militares mais fragmentadas como, por exemplo, dependência dos EUA em relação a credores externos, fortalecimento da Ásia oriental e da China, vulnerabilidade do padrão-dólar e redução da capacidade norte-americana de manter a centralidade da economia-mundo capitalista.

É nesse contexto que os BRICS devem ser compreendidos como vetor de reconfiguração parcial dos mecanismos de equilíbrio de poder do moderno sistema interestatal. Sua importância não reside na constituição imediata de uma nova ordem, nem na superação da economia-mundo capitalista, mas na ampliação dos instrumentos de ação disponíveis a Estados periféricos e semiperiféricos diante dos mecanismos tradicionais de comando exercidos pelos países centrais. Suas iniciativas institucionais principais, em especial o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Arranjo Contingente de Reservas (CRA), funcionam como instrumentos de diversificação financeira e de redução parcial da dependência em relação aos arranjos que sustentam a dominação dos Estados Unidos por meio das finanças. Ao financiar projetos de infraestrutura, abrir espaço para operações em moedas nacionais e prover instância adicional de liquidez em momentos de estresse cambial, essas iniciativas constituem uma arquitetura paralela que não substitui o regime dominado pelo dólar, mas introduz contrapesos à sua centralidade.

O equilíbrio de poder contemporâneo, portanto, não se manifesta apenas na distribuição de capacidades militares, mas também na disputa em torno das moedas, dos fluxos financeiros, das cadeias globais de valor, da infraestrutura e das instituições de governança global. Nesse terreno, a centralidade do dólar permanece como eixo estruturante da economia-mundo capitalista, em razão da profundidade dos mercados financeiros norte-americanos, da capacidade dos EUA de emitir a principal moeda de reserva internacional e da posição do país nas instituições financeiras multilaterais. Ainda assim, a ampliação de mecanismos de financiamento, liquidez e cooperação fora dos circuitos tradicionais comandados pelo centro contribui para tornar a hierarquia mundial mais contestável, ainda que não superada.

A capacidade dos BRICS de operar como força estabilizadora ou reorganizadora do moderno sistema interestatal, contudo, é limitada por sua heterogeneidade interna.⁸ Os membros ocupam posições distintas na estratificação mundial da riqueza, apresentam prioridades estratégicas divergentes e, em alguns casos, mantêm rivalidades geopolíticas abertas, como as tensões entre China e Índia e a guerra entre Rússia e Ucrânia. A predominância econômica da China introduz assimetrias adicionais, gerando receios de que a superação parcial do padrão centro-periferia liderado pelos EUA possa ser substituída pela dependência de um novo polo central. Essas tensões constitutivas restringem o grau de institucionalização do bloco, expresso tanto na ausência de secretariado permanente quanto na inexistência de mecanismos decisórios vinculantes, limitando seu potencial como vetor de redistribuição coordenada do poder mundial.

O Brasil participa dessa dinâmica a partir de sua posição histórica na semiperiferia. O engajamento no NDB, no CRA e na diplomacia dos BRICS ampliou sua margem de negociação internacional e sua capacidade de diversificar parcerias. Contudo, a reprimarização da pauta exportadora, a desindustrialização e a limitada coordenação regional restringem seu protagonismo no interior do grupo. O caso brasileiro evidencia, assim, uma tensão mais ampla dos BRICS, qual seja, a ampliação da autonomia relativa dos países semiperiféricos não decorre automaticamente da participação no bloco, mas depende de capacidades produtivas, tecnológicas, diplomáticas e regionais que permanecem distribuídas de forma desigual entre seus membros.

Desse modo, vistos em perspectiva, os BRICS expressam uma resposta semiperiférica à crise da hegemonia estadunidense e ao deslocamento relativo de sua capacidade de apropriação mundial da renda. Seu papel mais significativo reside na criação de instrumentos que diversificam os meios de ação dos Estados não centrais e introduzem elementos de multipolaridade na estrutura de governança mundial. Nesse sentido, constituem um componente cada vez mais relevante do mecanismo de equilíbrio de poder contemporâneo, abrindo espaço para rearranjos estratégicos que, embora não revertam a hierarquia mundial da riqueza, contribuem para torná-la mais fluida e contestável.

O “tarifaço” não altera, por si só, a arquitetura interna dos BRICS, mas tende a reforçar duas dinâmicas já em curso. De um lado, amplia o valor estratégico do grupo como espaço de coordenação

⁸ Para uma perspectiva crítica em relação aos Brasil e os BRICS, ver Vieira e Ouriques (2016).

defensiva diante da instrumentalização geoeconômica do comércio pelos Estados Unidos. De outro, pode acentuar a centralidade relativa da China no interior do bloco, na medida em que a reorganização de fluxos comerciais, das cadeias globais de valor e dos mecanismos de liquidação em moedas nacionais tende a gravitar em torno da economia asiática. Assim, seu efeito principal não é criar uma nova coesão entre os BRICS, mas aprofundar a tensão entre sua utilidade como plataforma de autonomia semiperiférica e o risco de assimetria em torno do polo chinês.

É a partir desse quadro, no qual os BRICS operam como mecanismo parcial de reequilíbrio de poder em uma economia-mundo tensionada pela perda relativa da capacidade estadunidense de apropriação da renda mundial, que se pode analisar a posição singular do Brasil diante do “tarifaço”.

6. As consequências econômicas do “tarifaço” para o Brasil

A posição semiperiférica do Brasil, caracterizada por uma estrutura produtiva voltada à exportação de bens primários e intermediários e pela dependência de mercados externos para viabilizar escalas mínimas de produção, molda a forma como o país absorve choques externos, como aqueles decorrentes do recente “tarifaço”. Para evitar atribuir a essa medida transformações estruturais anteriores, é necessário distinguir três planos analíticos: (i) as tendências preexistentes da inserção externa brasileira, como reprimarização, desindustrialização e deslocamento comercial em direção à Ásia; (ii) os efeitos diretos do “tarifaço” sobre setores exportadores voltados ao mercado norte-americano, especialmente aqueles dependentes de insumos industriais, combustíveis e bens intermediários; e (iii) os efeitos indiretos associados à regionalização das cadeias globais de valor, à intensificação da rivalidade sino-americana e à reorganização dos fluxos comerciais. Desse modo, o “tarifaço” deve ser compreendido menos como causa exclusiva dessas mudanças do que como acelerador e revelador de tendências já em curso.

No primeiro plano, a trajetória recente do comércio exterior brasileiro revela uma profunda reorganização espacial de sua inserção na economia-mundo capitalista. Como mostram os dados da Tabela 2, no início dos anos 2000 os Estados Unidos absorviam cerca de um quarto das exportações brasileiras. A partir do ciclo das commodities, sobretudo durante os governos Lula I e II, o comércio exterior brasileiro passou por um deslocamento expressivo em direção à Ásia, cuja participação saltou de 14,15% em 2000 para 49,12% em 2024. O Leste Asiático e, em particular, a China tornaram-se os principais destinos das vendas externas do país, consolidando a orientação asiática da pauta exportadora.

Essa reorientação reduziu a dependência relativa do mercado estadunidense, mas aprofundou a vulnerabilidade estrutural associada à especialização em bens de baixa intensidade tecnológica. Assim, embora o “tarifaço” produza impactos relevantes, seu alcance direto é mais localizado do que uma leitura convencional poderia sugerir, justamente porque a centralidade dos EUA na demanda por produtos brasileiros recuou substancialmente em termos relativos.

Tabela 2 – Distribuição percentual das exportações brasileira por região: 2000-2024

Região	2000	2005	2010	2015	2020	2024
África	2,52	5,15	4,72	4,45	3,76	4,70
América Latina e Caribe	25,60	26,15	24,19	21,38	14,06	14,91
Estados Unidos	24,92	19,82	10,02	13,23	10,40	12,23
Ásia	14,15	19,72	34,13	39,4	52,73	49,12
Leste Asiático	8,80	11,37	22,36	24,74	37,53	31,99
China	2,02	5,91	15,84	19,23	32,62	28,21
Europa	31,07	26,93	25,3	19,97	16,61	16,74
Oceania	0,69	0,45	0,33	0,27	0,38	0,31

Fonte: ONU, Comtrade. Elaboração do autor.

No segundo plano, essa menor dependência relativa, contudo, não elimina os impactos setoriais do “tarifaço”. A Tabela 3 evidencia que a pauta de exportações do Brasil para os Estados Unidos está concentrada em insumos industriais, combustíveis primários e componentes intermediários utilizados em processos produtivos externos. Como a capacidade de absorção interna desses bens é limitada, o impacto direto sobre os consumidores brasileiros tende a ser baixo. No entanto, do ponto de vista das empresas exportadoras, o choque é significativo, pois a perda de acesso ao mercado estadunidense pressiona margens de lucro e não pode ser facilmente compensada pelo mercado interno.

Tabela 3 – Composição da pauta de exportações brasileiras para os EUA, 2013-2024

Produtos	%
Insumos industriais processados	41,0
Combustíveis e lubrificantes primários	11,0
Peças e acessórios de material de transporte	8,4
Equipamento de transporte outros	7,4
Bens de capital (exceto equipamento de transporte)	7,3
Alimentos e bebidas processados	6,6
Alimentos e bebidas primários	5,2
Partes e acessórios de bens de capital (exceto material de transporte)	3,4
Insumos industriais primários	3,0
Combustíveis e lubrificantes processados	2,8
Bens de consumo duráveis	1,5
Bens de consumo semiduráveis	1,5
Bens de consumo não duráveis	0,7
Equipamento de transporte para automóveis de passageiros	0,1
Nota: Os valores representam a distribuição percentual do valor acumulado das exportações brasileiras para os EUA entre 2013 e 2024.	

Fonte: ONU, Comtrade. Elaboração do autor.

Além disso, redirecionar essas exportações requer inserção em cadeias globais de valor nas quais empresas brasileiras detêm pouca capacidade de coordenação. No curto prazo, a reação empresarial tende a

ocorrer por meio de férias coletivas, redução de turnos ou demissões, transferindo parte dos custos do ajuste para a força de trabalho e reforçando as desigualdades sociais típica das semiperiferias.

O terceiro plano refere-se aos desdobramentos macroeconômicos da relação bilateral Brasil-Estados Unidos. Entre 2000 e 2024, essa relação foi estruturalmente desfavorável ao Brasil, acumulando déficit de cerca de 40 bilhões de dólares. Mesmo que o governo Trump conceda exceções tarifárias a uma lista expressiva de produtos, o padrão estrutural permanece, qual seja, a continuidade das importações, combinada à contração das exportações, tende a ampliar o déficit comercial, pressionar o câmbio e elevar o risco de repasse inflacionário, sobretudo sobre bens intermediários estratégicos para a indústria nacional.

Essas pressões, contudo, não atingem apenas o Brasil. O “tarifaço” produz desequilíbrios em toda a economia-mundo capitalista. A perda da dinâmica econômica autocrêntrica dos Estados Unidos⁹, que no pós-guerra permitiu a transnacionalização dos sistemas nacionais de produção sob liderança dos investimentos estrangeiros diretos do centro em direção às periferias, gera incertezas sistêmicas à medida que o centro da acumulação de capital se desloca para o Leste Asiático¹⁰. A tentativa estadunidense de recompor sua capacidade de apropriação da renda mundial por meio de instrumentos comerciais introduz, assim, efeitos contraditórios que reverberam sobre as distintas posições da hierarquia mundial.

Nesse contexto, o aumento das tarifas acelera a tendência de regionalização das cadeias globais de valor e intensifica a pressão para que países semiperiféricos redefinam suas estratégias de inserção internacional. Para o Brasil, isso implica custos de transação significativos como, por exemplo, superar barreiras não tarifárias, cumprir certificações e adaptações técnicas, criar novos circuitos logísticos e negociar em múltiplos níveis. A realocação de fluxos comerciais é lenta, politizada e não depende apenas da decisão empresarial ou da vontade de um governo específico.

Deste ponto de vista, as relações comerciais com a Ásia e a ampliação de parcerias estratégicas, inclusive no âmbito dos BRICS, tornam-se mais relevantes. Contudo, seu aproveitamento exige capacidade institucional, política industrial e planejamento de médio prazo, pois a abertura de novos mercados não altera, por si só, a posição ocupada pelo Brasil na divisão internacional do trabalho.

A resposta nacional ao “tarifaço” evidencia, portanto, os limites das políticas de curto prazo. Diante da rigidez estrutural da inserção externa brasileira e dos impasses nas instâncias multilaterais, o governo Lula-Alckmin lançou o Plano Brasil Soberano como resposta imediata aos setores mais expostos. O plano reúne medidas de crédito, desoneração, garantias à exportação e apoio a pequenas e médias empresas, buscando amortecer impactos sobre empresas e trabalhadores. Embora relevantes para mitigar custos conjunturais, essas medidas não enfrentam os condicionantes estruturais da posição brasileira na economia-mundo.

O que está em disputa, portanto, não é apenas a capacidade de adaptação conjuntural ao choque tarifário, mas a possibilidade de reposicionar o Brasil diante de uma reconfiguração mais profunda do sistema interestatal e da divisão internacional do trabalho. Em um ambiente marcado pela perda relativa do poder estadunidense, pela ascensão do Leste Asiático e pela intensificação das pressões competitivas, a ampliação da autonomia brasileira dependerá de escolhas estratégicas que ultrapassem a resposta imediata ao “tarifaço”. Sem coordenação produtiva, tecnológica, diplomática e regional, o país corre o risco de apenas deslocar sua dependência externa, sem alterar sua posição semiperiférica na economia-mundo capitalista.

⁹ Ver, por exemplo, Arrighi (1996, 2008).

¹⁰ Cf. Vieira, Ouriques e Santos (2023).

7. Considerações Finais

O “tarifaço” pertence, à primeira vista, ao tempo curto dos acontecimentos. Uma decisão presidencial, uma inflexão de política comercial, uma resposta imediata a déficits, concorrentes e pressões domésticas. No entanto, sua inteligibilidade não se esgota nesse plano. Como todo acontecimento relevante na economia-mundo capitalista, ele condensa temporalidades mais profundas. Por trás da medida tarifária, inscrevem-se a crise da hegemonia estadunidense, a erosão da centralidade produtiva do Atlântico Norte e a lenta recomposição das posições relativas entre centro, semiperiferia e periferia.

Nesse sentido, o “tarifaço” revela menos a restauração da força norte-americana do que os limites históricos dessa restauração. Ele se inscreve em uma fase da expansão financeira em que ela, após prolongar a centralidade dos Estados Unidos, já não basta para recompor sua base produtiva nem para sustentar sua direção moral sobre a economia-mundo. Os Estados Unidos ainda dispõem de capacidades monetárias, militares e institucionais excepcionais, mas enfrentam dificuldades crescentes para convertê-las em liderança sistêmica. A passagem para uma condição de dominação sem hegemonia aparece, assim, como uma mutação da própria forma de poder. Não se trata da perda imediata da supremacia, mas o esvaziamento progressivo de sua capacidade de se apresentar como interesse geral no moderno sistema interestatal. O MAGA apenas torna essa inflexão mais explícita, ao substituir a linguagem universalista do pós-guerra por uma de defesa nacional, competição tecnológica e cálculo geoeconômico.

A recomposição da hierarquia mundial da riqueza confirma que essa crise não é apenas ideológica ou diplomática. A ascensão da China à semiperiferia, a expansão do peso econômico e demográfico do Leste Asiático e a redução relativa da centralidade ocidental não dissolvem a estrutura tripartite da economia-mundo, mas deslocam seus equilíbrios internos. A hierarquia persiste, mas já não opera com a mesma estabilidade. O centro continua centro; a semiperiferia continua semiperiferia; a periferia permanece numericamente majoritária. Contudo, as distâncias relativas se movem e a capacidade de comando do velho núcleo do atlântico-norte deixa de parecer natural.

É nesse terreno movediço que os BRICS adquirem significado. Eles não anunciam, por si mesmos, uma nova ordem mundial, nem configuram uma alternativa plenamente formada ao regime monetário e financeiro centrado no dólar. Sua importância é mais modesta, mas não desprezível. O grupo expressa a maior densidade política da semiperiferia e a multiplicação dos instrumentos de contestação parcial aos mecanismos tradicionais de comando dos EUA. O NDB, o CRA e a busca por maior uso de moedas nacionais não substituem a ordem vigente, indicam, antes, que essa ordem já não consegue absorver sem atrito as demandas de autonomia dos países não centrais.

Por isso, os BRICS devem ser lidos menos como promessa de sucessão hegemônica e mais como sintoma de uma ordem que perdeu parte de sua capacidade de estabilização. Sua força reside em ampliar margens de manobra. Sua fraqueza habita na heterogeneidade interna, nas assimetrias entre seus membros e na dificuldade de converter contestação em direção sistêmica. Eles deslocam parcialmente o equilíbrio de poder, mas não resolvem a questão da hegemonia. Tornam a hierarquia mais contestável, sem suprimi-la.

O Brasil ocupa posição reveladora nesse movimento. O “tarifaço” o atinge em um momento em que sua inserção externa já se deslocou em direção à Ásia, reduzindo a centralidade relativa do mercado estadunidense. Essa mudança, contudo, não equivale a autonomia. A especialização em commodities, a desindustrialização e a baixa capacidade de coordenação sobre cadeias globais de valor mostram que a diversificação geográfica do comércio pode conviver com a permanência da dependência estrutural. Sem estratégia produtiva, tecnológica, diplomática e regional, o país corre o risco de apenas mudar o eixo de sua subordinação.

O “tarifaço”, portanto, não inaugura uma nova ordem. Ele ilumina a crise da ordem existente. Como acontecimento, pertence ao presente imediato da política comercial norte-americana. Como conjuntura, revela um sintoma de dominação sem hegemonia. Como expressão de longa duração, aponta para a reacomodação ainda inconclusa da economia-mundo capitalista. Os Estados Unidos seguem fortes demais para serem

simplesmente substituídos. Os BRICS são relevantes demais para serem tratados como fórum periférico. O Brasil dispõe de margens de manobra maiores do que no passado, mas permanece limitado por sua condição semiperiférica. A conjuntura atual não anuncia uma sucessão hegemônica definida, mas uma disputa aberta, lenta e incerta, escalada em violência em torno da apropriação da renda mundial, da reorganização das cadeias globais de valor e da forma futura do equilíbrio de poder.

Referências

- ARRIGHI, G. **Adam Smith Em Pequim: Origens E Fundamentos Do Século XXI**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, G.; DRANGEL, J. The Stratification of the World-Economy: An Exploration of the Semiperipheral Zone. **Review (Fernand Braudel Center)**, v. 10, n. 1, p. 9–74, 1986.
- BABONES, S. J. The country-level income structure of the world-economy. **Journal of world-systems research**, v. 11, n. 1, p. 29–55, 2005.
- BOWN, C. P. How the United States Marched the Semiconductor Industry into Its Trade War with China. **East Asian Economic Review**, v. 24, n. 4, p. 349–388, 2020.
- CHESNAIS, F. A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. **São Paulo: Boitempo**, 2005.
- DONALD J. TRUMP (2ND TERM). **Remarks Announcing Additional United States Tariff Actions on Foreign Imports**. Washington D.C., 2025. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-announcing-additional-united-states-tariff-actions-foreign-imports>. Acesso em: 5 maio 2026.
- FOSTER, J. B. MAGA Ideology and the Trump Regime. **Monthly Review**, New York, ano 77, n. 1, maio 2025. Disponível em: <https://monthlyreview.org/articles/the-maga-ideology-and-the-trump-regime/>. Acesso em: 5 maio 2026.
- FOSTER, J. B.; MAGDOFF, F. **The great financial crisis: Causes and consequences**. [S. l.]: NYU Press, 2009.
- GLASSMANN, U. Understanding the political and economic thought of Trumpism: why have impoverished workers and wealthy technological elites in the U.S. adopted a shared ideology?. **Global Public Policy and Governance**, v. 5, n. 4, p. 367–379, 2025.
- GUTTMANN, R.; PLIHON, D. Consumer debt and financial fragility. **International Review of Applied Economics**, v. 24, n. 3, p. 269–283, 2010.
- HARVEY, D. **O enigma do capital : e as crises do capitalismo**. [S. l.]: Boitempo, 2010.
- IRWIN, D. **Peddling Protectionism: Smoot-Hawley and the Great Depression**. [S. l.]: Princeton University Press, 2011. (Economics Books). Disponível em: Acesso em: 5 maio 2026.
- IRWIN, D. A. The Smoot-Hawley Tariff: A Quantitative Assessment. **Review of Economics and Statistics**, v. 80, n. 2, p. 326–334, 1998.
- IRWIN, D. A. The U.S.-Japan Semiconductor Trade Conflict. In: KRUEGER, A. O. (org.). **The Political Economy of Trade Protection**. Chicago: University of Chicago Press, 1996. (NBER-Project Report). p. 5–14.

- JAEGER, B. C.; BRITES, P. V. P. Geoeconomics in the light of International Political Economy: a theoretical discussion. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 1, p. 22–36, 2020.
- KARATAŞLI, Ş. S. The Capitalist World-economy in the Longue Durée. **Sociology of Development**, v. 3, n. 2, p. 163–196, 2017.
- KOENIG, B.; MENDELBERG, T. The Symbolic Politics of Status in the MAGA Movement. **Perspectives on Politics**, v. 24, n. 1, p. 238–255, 2026.
- MEINDERTS, T. The power of Section 301: the Reagan tariffs in an age of economic globalization. **Globalizations**, v. 17, n. 4, p. 746–758, 2020.
- RODRIK, D. Premature deindustrialization. **Journal of economic growth**, v. 21, n. 1, p. 1–33, 2016.
- SILVER, B. J.; PAYNE, C. R. Crises of World Hegemony and the Speeding Up of Social History. In: DUTKIEWICZ, P.; CASIER, T.; AART SCHOLTE, J. (org.). **Hegemony and World Order**. 1. ed. New York, NY: Routledge, 2021. p. 17–31. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781000191370/chapters/10.4324/9781003037231-1>. Acesso em: 4 maio 2026.
- UNITED STATES. DEPARTMENT OF WAR. **National Defense Strategy of the United States of America 2026**. Washington D.C.: Department of War, 2026. National Defense Strategy.
- UNITED STATES. THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy of the United States of America**. Washington D.C.: The White House, 2025. National Security Strategy. Disponível em: Acesso em: 30 abr. 2026.
- VIEIRA, P. China as the possible new hegemon: an assessment based on Giovanni Arrighi's theoretical framework. **The World System in Transition/Ed. by C. Pennaforte.–Porto Pelotas: Editora UFPel**, p. 104–130, 2022.
- VIEIRA, P. A.; OURIQUES, H. R. Brazil and the BRICS: The Trap of Short Time. **Journal of World-Systems Research**, v. 22, n. 2, p. 404–429, 2016.
- VIEIRA, P. A.; OURIQUES, H. R.; PÁDUA DOS SANTOS, F. Trajetórias divergentes: a América Latina e o Leste Asiático na economia-mundo capitalista. **Colombia Internacional**, n. 113, p. 23–59, 2023.
- WALLERSTEIN, I. M. **Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century (The Modern World-System Vol.I)**. New York : Academic Press, 1974.

Apêndice Estatístico

Os dados apresentados nas Figuras 1 e 2 e na Tabela 1 foram elaborados no âmbito do projeto DATA-MUNDO. O DATA-MUNDO é uma aplicação web que integra diferentes bases de dados estruturadas segundo critérios territoriais e temporais, com o objetivo de produzir informações histórico-mundiais sobre a economia mundial e o sistema internacional. A aplicação pode ser acessada em:

<https://app.powerbi.com/w?r=eyJrljoiNWE2Nzc1ZmYtYjMyZS00NWY4LWE2ZjAtOGVjZTY1NmM3MjU3IiwidCI6ImZhNzk1MzFjLTU0NGJkMy05N2VLT10NWU2ZWUyNjZiOCJ9>

Mais informações sobre o projeto estão disponíveis em:

<https://adri.paginas.ufsc.br/>

A seguir, apresenta-se uma breve descrição das fontes de dados, dos procedimentos de cálculo e dos critérios de classificação dos países.

1. Fonte dos dados

Para classificar os países de acordo com a metodologia descrita abaixo, foram utilizadas as seguintes séries históricas:

(i) População (*POP*)

Definição longa: A população total baseia-se na definição *de facto* de população, que contabiliza todos os residentes, independentemente de situação legal ou cidadania. Os valores apresentados são estimativas de população no meio do ano.

Fonte: (1) Divisão de População das Nações Unidas. *World Population Prospects: Revisão 2024*; (2) bases estatísticas e publicações de institutos nacionais de estatística; (3) Eurostat: Estatísticas Demográficas; (4) Divisão de Estatística das Nações Unidas. *Population and Vital Statistics Report* (vários anos).

Código: SP.POP.TOTL

(ii) Produto Nacional Bruto (*PNP*), valores correntes em US\$

Definição longa: PNB é a soma do valor adicionado por todos os produtores residentes, acrescida de quaisquer impostos sobre produtos (menos subsídios) não incluídos na valoração da produção, mais o saldo líquido de rendas primárias recebidas do exterior (remuneração de empregados e rendas de propriedade). Os dados estão em dólares americanos correntes.

Fonte: dados de contas nacionais do Banco Mundial e arquivos de dados de Contas Nacionais da OCDE.

Código: NY.GNP.MKTP.CD

Com base nos valores observados das variáveis *PNB* e *POP* do país *i* no período *t*, foram calculadas duas variáveis adicionais.

(iii) Logaritmo decimal do Produto Nacional Bruto per capita

O Produto Nacional Bruto per capita (LOG10 PNB PC) do país i no período t , expresso em logaritmo de base 10 foi obtido a partir do seguinte procedimento:

$$LOG10 PNB PC_i(t) = \log_{10} \left(\frac{PNB_i(t)}{POP_i(t)} \right)$$

(iv) Peso relativo da população (w)

A Participação Relativa da População w do país i , no ano t , em relação ao total da população mundial no mesmo período t , foi obtida a partir da seguinte expressão:

$$w_i(t) = \left(\frac{POP_i(t)}{\sum POP(t)} \right)$$

Todos os valores observados e calculados utilizados neste artigo estão disponíveis no arquivo complementar “dados_consolidados_vOikos.xlsx”.

2. A função densidade de kernel gaussiana e a estrutura da economia-mundo capitalista

A estimativa de densidade por kernel gaussiano (KDE) é empregada para descrever, de forma contínua e suavizada, a distribuição da população mundial ao longo dos intervalos de renda que compõem a economia-mundo capitalista, sem depender de contagens brutas ou de cortes arbitrários a priori.

Formalmente, a distribuição estimada pode ser representada pela seguinte expressão:

$$KDE(x_0) = \frac{1}{N(t)} \sum_i w_i(t) \frac{1}{\sqrt{2\pi} h} \exp - \left(\frac{x_0(t) - x_i(t)}{2h^2} \right)^2$$

Onde,

$KDE(x_0)$: É a estimativa da densidade no ponto x_0 ;

$N(t)$: número de observações consideradas na estimação no ano t (isto é, o total de países com dados disponíveis para compor a distribuição).

h : parâmetro de suavização (largura de banda) da KDE, fixado em 0,15 (em unidades de $\log_{10}$ (PNB PC per capita)), que controla o grau de suavização da distribuição estimada.

$x_i(t)$: valor observado de $\log_{10}$ (PNB PC) do país i no ano t .

$w_i(t)$: peso do país i no ano t , definido como sua participação relativa na população mundial nesse ano.

A distribuição estimada por meio da KDE pode apresentar forma unimodal, bimodal, trimodal ou multimodal. No contexto deste artigo, a modalidade da distribuição é utilizada como indicador empírico da estrutura hierárquica da economia-mundo capitalista. Em termos analíticos, uma distribuição trimodal é compatível com a presença simultânea de três agrupamentos de renda, interpretados, à luz da Análise dos Sistemas-Mundo, como centro, semiperiferia e periferia.

Com base na equação apresentada, utilizou-se o software Power BI, em linguagem DAX, para programar o processamento dos dados e estimar a função KDE gaussiana a partir da qual foram elaboradas as Figuras 1 e 2, bem como a Tabela 1.

3. Classificação dos países na hierarquia mundial da riqueza

Para classificar cada país em uma das zonas da economia-mundo capitalista, seguiram-se dois passos: (i) identificar a modalidade da distribuição estimada pela KDE; e (ii) estabelecer as fronteiras entre as zonas.

A modalidade da distribuição foi determinada pela identificação do número de máximos e mínimos locais da curva estimada ao longo dos intervalos de renda. No contexto da KDE, cada moda corresponde a um máximo local da curva suavizada. Assim, uma distribuição unimodal apresenta um único máximo local; uma distribuição bimodal apresenta dois máximos locais separados por um mínimo local; e uma distribuição trimodal apresenta três máximos locais separados por dois mínimos locais.

A forma da distribuição estimada é então utilizada para classificar os países em centro, semiperiferia e periferia com base nos mínimos locais da curva. No caso trimodal, a densidade apresenta três picos separados por dois vales, que operam como critérios operacionais de delimitação entre os grupos. O primeiro mínimo local marca o limite superior do agrupamento de baixa renda, correspondente à periferia. O intervalo compreendido entre o primeiro e o segundo mínimo local define a semiperiferia. Por fim, os países situados à direita do segundo mínimo local, nas faixas mais elevadas da distribuição, são classificados como pertencentes ao centro.

Desse modo, os mínimos locais da distribuição estimada funcionam como pontos de corte empiricamente observáveis para a delimitação das diferentes zonas estruturais do sistema-mundo moderno.

4. Comentários sobre a hierarquia mundial da riqueza e sobre os movimentos ascendentes e descendentes no interior da economia-mundo capitalista

A análise temporal das modas e dos mínimos locais estimados para cada ano t permite avaliar a estabilidade das zonas da economia-mundo. A Figura 2 acompanha o deslocamento das modas associadas à periferia, à semiperiferia e ao centro, bem como das fronteiras empíricas entre essas zonas.

Quando os mínimos locais variam pouco e preservam sua ordenação, a estrutura centro-semiperiferia-periferia é interpretada como relativamente estável. Deslocamentos acentuados, cruzamentos entre fronteiras ou mudanças no número de modas podem indicar instabilidade estrutural e reconfiguração da hierarquia mundial da renda.

Os mínimos locais estimados para cada ano t foram utilizados para classificar os países em seu respectivo período. A mobilidade ascendente ocorre quando um país ultrapassa esses pontos de corte; a descendente, quando recua de uma zona superior para outra inferior. Esses movimentos não são lineares nem definitivos, pois dependem tanto das transformações internas de cada país quanto do deslocamento das próprias fronteiras entre as zonas.